

APRESENTAÇÃO

Os (velhos) novos desafios do Mercosul para 2014

Ana Regina Falkembach Simão¹

Adriana Schryver Kurtz²

A primeira edição de 2014 da **Século XXI – Revista de Relações Internacionais** volta suas atenções para um dos temas que tem ocupado os analistas e pesquisadores do campo há pelo menos 23 anos. O Mercado Comum do Sul – MERCOSUL – afinal já alcançou sua maioria e segue alimentando esperanças e frustrações. Em face dos acontecimentos de 2013, o ano que se apresenta acirra expectativas sobre os caminhos do Bloco Regional. Aliás, o MERCOSUL tem sido listado como um dos principais desafios para a diplomacia brasileira em 2014. Naturalmente, as cobranças ou especulações por parte da mídia e de seus comentaristas na área das relações internacionais não acompanham o *timing* do bloco sul-americano, cuja complexidade é potencializada por inflexões e entraves de ordem política, como a que marcou a “suspensão” do Paraguai em 2012, em meio à crise instaurada pelo afastamento do presidente Fernando Lugo, enquanto a Venezuela ganhava “admissão plena” no grupo.

Também não se pode desprezar a tensão nas relações comerciais com a vizinha Argentina, que alcançou seu ápice igualmente em 2012 e cujas perspectivas de abrandamento no ano seguinte acabariam sendo retardadas de alguma forma pelos problemas de saúde de Cristina Kirchner. Em meio a estas turbulências, aumenta a expectativa em 2014 para um acordo de livre comércio com a União Européia, que envolve um universo de 750 milhões de pessoas e 130 bilhões de dólares anuais, segundo dados divulgados pela mídia.

Problemas conjunturais à parte, os desafios para o Bloco remontam à história da América do Sul e a própria criação do MERCOSUL não deixa de dar testemunho da complexidade do processo de integração. Ao completar 21 anos

1 Editora da Revista *Século XXI*, pesquisadora do Núcleo de Estudo e Pesquisa de Relações Internacionais (NEPRI) e Professora do curso de Relações Internacionais da ESPM-Sul. Doutora em História pela UFRGS. (asimao@espm.br).

2 Editora Assistente da *Século XXI*, pesquisadora do Núcleo de Estudos em Jornalismo (NEJOR) e Professora dos cursos de Jornalismo e Publicidade e Propaganda da ESPM-Sul. Doutora em Comunicação e Informação pela UFRGS. (akurtz@espm.br).

de existência formal, vários autores se debruçaram sobre o tema. Uma referência para este debate é a coletânea organizada por Érica Resende e Maria Izabel Mallman (2013), cujo título provocativo “MERCOSUL 21 anos. Maioridade ou Imaturidade” reflete os percalços e, sobretudo, as expectativas em torno do projeto, algumas das quais ainda não realizadas.

Já é um consenso que a constituição do MERCOSUL pode ser observada, fundamentalmente, a partir da parceria entre Brasil-Argentina. A relação entre os dois países não guarda linearidade. Ao contrário, é marcada pela alternância entre cooperação/aproximação e rivalidade/distanciamento. Em que pese os vários momentos de afastamento ocorridos nos séculos XIX e XX, o adensamento da relação entre Brasil-Argentina ganhou destaque, sobretudo, na década de 1980, quando interesses comuns resultaram na construção de um sólido processo de integração, chancelado pelos governos de Figueiredo e Videla e Sarney e Alfonsín

Se considerarmos o conceito de estratégia como sendo “um ou uns poucos relacionamentos bilaterais, definidos como prioritários em um rol de muitos”³, a relação Brasil-Argentina - tanto na pré-história do MERCOSUL (nos anos 1980), como no tempo presente - configura-se num exemplo de parceira estratégica. Como sustentam alguns autores⁴, os laços de cooperação foram vistos como uma política de estado necessária para ambos os países. Se a criação do Bloco foi marcada por uma ênfase na questão aduaneira e das trocas comerciais entre os países, o tempo mostrou a importância de um projeto político comum, sem o qual inclusive essa relação não se sustenta.

Numa outra linha de avaliação, o MERCOSUL estaria alcançando a maioridade em meio a uma de suas crises mais significativas, que teria como ponto crítico dificuldades de manutenção ou de avanço na relação bilateral Brasil-Argentina conquistada ao final da década de 1990. Segundo esta perspectiva, as rupturas comerciais e cambiais resultantes das crises brasileira (1999) e argentina (2001) seriam mais graves do que a “ruptura democrática” (suspensão temporária do Paraguai) ou a “ruptura institucional” (admissão da Venezuela imposta pelos três membros plenos à revelia do Estado Guarani).

Os objetivos – econômicos e comerciais - originais do MERCOSUL, segundo a análise em foco, estariam dando lugar a uma nova configuração, eminentemente política. Mas mesmo sob tal perspectiva, pode-se postular que, se o MERCOSUL frustra, em alguma medida, expectativas derivadas de seu projeto inicial, ele se institui enquanto um foro de coordenação política dos

3 LESSA, Antônio; OLIVEIRA, Henrique. Parcerias Estratégicas do Brasil. os significados e as experiências tradicionais. Belo Horizonte: Fino Traço, 2013. p.10.

4 Destaca-se a pesquisa de Mirian Saraiva, no livro Encontros e Desencontros: O lugar da Argentina na política externa brasileira.

países-membros cuja importância segue sendo inegável. E certamente, a despeito das frustrações, o MERCOSUL deve manter sua importância na região, bem como no âmbito hemisférico e no contexto do sistema multilateral de comércio. Tal é o contexto que inspira a sétima edição da *Século XXI*. A Publicação do curso de Relações Internacionais e do Núcleo de Estudo e Pesquisa em Relações Internacionais (NEPRI) da Escola Superior de Propaganda e Marketing – ESPM-Sul, convida seus leitores a mergulhar num velho e ao mesmo tempo sempre renovado tema: os desafios e os caminhos do MERCOSUL.

A partir desta breve visão panorâmica de nosso núcleo temático, a Revista apresenta seus artigos e colaboradores: **“Entre o voluntarismo e o realismo: o processo de revisão de modelo econômico do MERCOSUL”**, de José Briceño Ruiz, dedica um olhar retrospectivo ao processo de constituição do Bloco, analisando as mudanças do modelo de integração desde a antecedente integração bilateral entre Argentina e Brasil, na década de 1980, passando pelo Tratado de Assunção, até o chamado novo MERCOSUL. Partindo do argumento de que existem atualmente, na América Latina, três modelos de integração econômica - regionalismo estratégico, regionalismo produtivo e regionalismo social - o texto sustenta a tese de que o MERCOSUL transforma-se de um modelo de regionalismo estratégico para um modelo híbrido com elementos de regionalismo social e produtivo.

O próximo trabalho foca sua atenção no governo de José Mujica que, para além de sua relativa importância no MERCOSUL, colocou o Uruguai, desde que assumiu a presidência do país, em 2010, no mapa internacional (tendo sido inclusive capa do “New York Times”) ao incluir em sua agenda de governo temas de impacto global. O país que permitiu o casamento entre homossexuais, legalizou o aborto e embarcou numa experiência sem precedentes de legalização do comércio da maconha é abordado no artigo **“Política exterior de Uruguay en el MERCOSUR durante el Gobierno de José Mujica”**, de Isabel Clemente Batalla. Sustentando que o Governo Mujica, desde seu início tem levado adiante, de forma consistente, uma linha política dirigida ao fortalecimento da integração regional e à hierarquização do papel do MERCOSUL nas relações internacionais, a autora se debruça sobre a política externa do Uruguai no que tange ao Mercado Comum do Sul, a partir de três dimensões interrelacionadas, a saber: a participação do país nos organismos de decisão do MERCOSUL, as relações bilaterais com outros Estados membros do Bloco e a posição do Uruguai acerca das relações do MERCOSUL com outros blocos de integração.

“A política comercial do governo Lula (2003-2010): uma análise comparativa das relações comerciais do Brasil com o MERCOSUL e com o resto do mundo”, de Thiago Cavalcante e Marcos Costa Lima, busca avaliar o

aspecto comercial da política externa do governo Lula (2003-2010). Os autores propõem identificar em que medida o MERCOSUL foi tratado como prioridade ou se tal meta ficou apenas no nível discursivo. Também procura identificar os novos parceiros comerciais brasileiros e elaborar uma análise comparativa do padrão de comércio do Brasil com estes e com o MERCOSUL. À luz da teoria estruturalista da CEPAL e da sua vertente mais atualizada, o chamado novo desenvolvimentismo, os autores constroem a seguinte hipótese de trabalho: se o governo Lula adotou uma política externa de busca de autonomia pela diversificação dos parceiros comerciais, então as relações com os países do Cone Sul se enfraqueceram.

Já numa chave de leitura retrospectiva, **“Leituras do MERCOSUL: diferentes percepções acerca do bloco”**, de Maria Izabel Mallmann e Teresa Cristina Schneider Marques, observa as distintas fases do MERCOSUL a partir de diferentes perspectivas analíticas de autores referenciais para o tema. Assim, a trajetória e as perspectivas do MERCOSUL são revisitadas desde a assinatura do Tratado de Assunção, em 1991, que criou o Mercado Comum do Sul e se tornou um dos mais importantes marcadores institucionais da integração na América do Sul. Mais de vinte anos após seu surgimento, diferentes percepções sobre a integração sul-americana podem ser identificadas na literatura especializada e as autoras vão destacar uma perspectiva mais crítica (com ênfase no incremento das transações comerciais intra-regionais e nos avanços institucionais com os quais o Tratado se comprometia) e a corrente mais otimista, que ganhou fôlego após a introdução de novos temas na agenda do bloco, com a chegada ao poder de governos progressistas nos anos 2000.

Num viés mais pontual e crítico, **“Parlamento do MERCOSUL, integração e déficit democrático”**, de Karina Lilia Pasquariello Mariano, tematiza a questão do déficit democrático no Mercosul, objetivando analisar e compreender as implicações da institucionalização do Parlamento do Mercosul (Parlasul) no debate sobre democracia na integração regional. A autora parte do pressuposto de que uma instância parlamentar no âmbito da integração auxilia a sua democratização, ao estabelecer mecanismos de controle e transparência sobre o processo decisório, normalmente concentrado nas mãos dos governos, embora seja insuficiente para a superação do déficit democrático.

Já o texto **“Acordo de Associação Inter-Regional MERCOSUL – União Europeia: entraves à aprovação e perspectivas futuras”**, de Felipe Augusto Torres de Carvalho e Alexandre César Cunha Leite aborda um dos aspectos que concentrará fortemente as atenções neste ano de 2014: as negociações entre o MERCOSUL e a União Europeia para o estabelecimento de um Acordo de Associação Inter-Regional entre os países que constituem os blocos. Detendo-se,

particularmente, na discussão a respeito dos entraves existentes ou impostos à aprovação do Acordo, o artigo busca ainda traçar perspectivas sobre o futuro das negociações e sobre as possíveis consequências que a aprovação do mesmo terá para as relações políticas e econômicas Interblocos.

Fechando o Dossiê MERCOSUL, Leonardo Granato e Rafael Alvariza Allende assinam **“A política externa dos governos kirchneristas (2003-2011): do modelo próprio ao MERCOSUL”**, visando construir um painel das principais linhas da política externa dos governos de Néstor Kirchner e de Cristina Fernández de Kirchner (2003-2011). Destacando as principais características dos processos internos de governo e dos ideais políticos que guiaram a formulação da ação externa argentina, o artigo busca efetuar uma abordagem que vincule a política externa e a integração regional como ferramenta daquela. Para tanto, será dada ênfase ao projeto de reindustrialização e de desenvolvimento interno impulsionado pelos governos kirchneristas.

Finalmente, a sétima edição da Revista apresenta em sua sessão de artigos, uma reflexão de Amit Bhaduri, pesquisador e professor indiano voltado à análise de questões econômicas. O texto, intitulado **“What remains of the Theory of Demand Management in a globalizing world?”**, procede a uma avaliação da permanência – e/ou da banalização - de concepções keynesianas num mundo agora globalizado, chamando a atenção para a assimetria entre teoria e prática neste campo. A Revista assim, reafirma seu alcance e abertura à pesquisa e reflexão no campo das Relações Internacionais para além de suas fronteiras nacionais e sul-americanas, num mundo que, como ressalta o trabalho supracitado, tende cada vez mais a uma configuração globalizada.

Esta edição oferece, desta forma, aos leitores, um painel variado acerca do nosso Mercado Comum do Sul que, do alto de seus 23 anos de existência e diante de um novo ano cheio de expectativas, deverá confirmar ou refutar os prognósticos e as expectativas já colocadas para 2014. É a contribuição da **Século XXI - Revista de Relações Internacionais** para a discussão de um tema que sempre nos surpreende pela capacidade de parecer ao mesmo tempo velho, novo e essencial. Uma ótima leitura!